

Seminário de migrações internas

Roberto Nascimento

De 12 a 14 de novembro de 1997, estiveram reunidos em Curitiba cerca de 47 pessoas, pesquisadores e assistentes de pesquisa de várias instituições brasileiras, discutindo os 30 trabalhos apresentados neste Encontro Nacional sobre Migração. O evento, organizado pela ABEP e o IPARDES (Instituto Paraense de Desenvolvimento), representou um dos pontos mais marcantes no calendário de atividades do Grupo de Trabalho de Migração da ABEP, coordenado pelo professor José Marcos Pinto da Cunha.

Será apresentado aqui um breve resumo dos principais temas discutidos no Encontro, que poderão ser melhor apreciados a partir da leitura dos seus *Anais*, assim como de um próximo número especial desta *Revista Brasileira de Estudos de População*, com artigos selecionados dentre aqueles apresentados durante o evento.

A apresentação e discussão dos trabalhos foi precedida, logo na abertura oficial do Encontro, por duas palestras: Trajetória da "questão migratória" nos estudos populacionais no Brasil, proferida pela professora Dra. Neide Lopes Patarra, e A evolução das bases técnicas e empíricas nos estudos migratórios no Brasil, proferida pelo professor Dr. José Alberto Magno de Carvalho.

A primeira sessão de trabalhos versou sobre a situação migratória no Brasil nos anos 80 e 90, a partir de diagnósticos baseados no Censo Demográfico de 1991 e nas PNADs dos anos 90. Uma das primeiras questões discutidas foi a disponibilidade das informações sobre migrações e a resposta dos pesquisadores em termos da realização e divulgação de indicadores e análises sobre o fenômeno.

Destacou-se que somente na segunda metade dos anos 90 passou a haver um conhecimento mais profundo dos movimentos migratórios ocorridos na década de 80, em razão da grande defasagem na divulgação dos dados do Censo de 1980. Por outro lado, após a divulgação e disponibilidade dos dados censitários de 1991, a comunidade demográfica, em especial os estudiosos da migração, fez análises e diagnósticos em tempo relativamente curto, o que tem contribuído para a formulação de cenários prospectivos importantes não apenas para os exercícios de projeção populacional, mas também para o desenho e implementação de políticas públicas.

Nesse contexto, também foi explicitada a preocupação com o desenvolvimento de metodologias demográficas "rápidas", levando em consideração a necessidade de empreender esforços de padronização para a análise de situações diversas. A idéia é avançar no sentido de implementar um sistema de monitorização temporária, com dados reais em tempo real, o que exige o desenvolvimento de técnicas para pequenas populações abertas.

Outro ponto de reflexão foi a pertinência de um acompanhamento das mudanças na definição de migrante ao longo das décadas, mediadas por transformações importantes no panorama político e socioeconômico, dando origem a uma multiplicidade de experiências e, conseqüentemente, a uma maior complexidade na compreensão e análise do fenômeno. Foi enfatizada a importância de uma compatibilização ou padronização dos conceitos.

Também central na discussão foi a questão da descontinuidade espacial nas

análises migratórias. Nessa perspectiva, mencionou-se que um recorte baseado nas Unidades da Federação talvez não seja adequado para todas as regiões brasileiras, o que remete à consideração da possibilidade de comparações heterogêneas, caso a contigüidade espacial não seja redefinida, possivelmente em função de similaridades ou relações. Torna-se cada vez mais importante para os estudos da migração a consideração de manchas regionais, no contexto do redesenho do mapa das desigualdades regionais do País, de tal forma que os estudos das migrações assumam caráter operacional.

Na segunda sessão foram focalizados as fontes de dados e aspectos metodológicos da mensuração, análise e diagnóstico da migração. Foi destacada e ressaltada a importância da utilização do instrumental estatístico nos estudos demográficos, evidenciada a partir dos trabalhos apresentados. O diálogo entre estudiosos dos métodos e técnicas de migração e pesquisadores de outras disciplinas também deve ser mais fluente, o que recoloca a relevância de um esforço visando à elaboração de textos didáticos sobre migração. Enfatizou-se, também, que o Censo Demográfico brasileiro, ao manter uma ampla variedade de quesitos sobre migração, permite uma série de novos estudos, deixando aos pesquisadores um vasto campo de possibilidades analíticas.

Os estudos empíricos sobre questões relevantes e emergentes da migração no Brasil foram discutidos na terceira sessão. De início, foi ressaltado que a questão das redes de lugares, ou redes urbanas, é bastante importante para o estudo da migração. Embora elas possam perder importância em termos estaduais, não deixam de ser fundamentais para a compreensão da redistribuição espacial da população brasileira. A rede de lugares pode ser vista, então, como uma mediação para inserir a dinâmica demográfica espacialmente.

No que diz respeito à migração rural-urbana no Brasil, considerou-se que a idéia de desruralização progressiva é duvidosa, uma vez que o estoque de população rural é decrescente. Por outro lado, especificamente no período 1991-96, foram criados cerca de

mil novos municípios no Brasil, tornando necessário rediscutir a definição de rural, além da própria definição do que é domicílio e do que é migrante rural e migrante não-rural. Destacaram-se também como questões a serem consideradas nos estudos de desruralização as diferenças crescentes entre as fontes de dados sobre o residente domiciliar da zona rural e o trabalhador rural.

A perspectiva de análise do fenômeno migratório a partir de um marco de natureza antropológica foi destacada como uma contribuição importante e promissora, embora as pesquisas e fontes de informação hoje disponíveis limitem muito tal abordagem. O uso de tipologias e recortes analíticos não restritos às características demográficas básicas dos migrantes, como o número de etapas, tempo de residência, tipo de família, escolaridade e renda, também foi lembrado como importante para se avançar no conhecimento do perfil do migrante e do migrante de retorno. Nos estudos sobre dinâmica urbana, enfatizou-se a necessidade de se explicitar os critérios de criação das aglomerações urbano-regionais, usadas como unidades de estudo nestas pesquisas.

Na quarta sessão discutiu-se acerca das reflexões teóricas e metodológicas sobre os estudos de migração no Brasil. Um dos pontos ressaltados foi que a ruptura do processo macrosocial de interação economia/sociedade/migração levou a que os estudos migratórios tivessem uma ênfase quase que estritamente descritiva, sem levar em consideração que processos sociais distintos têm histórias e espacialidades distintas.

Por outro lado, nos anos 70 era fácil explicar as migrações dizendo que o interior estava-se expandindo e, portanto, havia uma tendência à desconcentração populacional. A experiência de São Paulo mostra a importância de se pensar ou repensar o conceito de migração em função da nova configuração da rede urbana e de como a população responde a isso. Propôs-se o conceito de mobilidade intra-urbana e considerou-se que os fatores de atração e repulsão já não dão conta de explicar sozinhos o fenômeno.

É fundamental levar em consideração a questão espacial, que cria outros deter-

minantes da decisão de migrar. Novas territorialidades têm de ser compreendidas e detectadas para que se possa entender o que está ocorrendo com a migração. Passa-se, por exemplo, de uma migração de longa distância para uma migração de curta distância, intra-regional. Conhecer como vêm se dando os processos de espacialização das cidades ou rearranjos das cidades pode ser um caminho para se entender os processos migratórios em curso. Existe uma grande diversificação dos deslocamentos (criação de subcentros regionais, que também criam suas próprias periferias: conurbação e periferização dentro do próprio contexto regional).

Além da recomendação de se incorporar no estudo das migrações internas os processos de decisão, a dimensão da identidade, da individualidade e da etnia, ficou clara a necessidade de se ampliar o leque de dimensões interdisciplinares, aumentando não só a possibilidade de informação, mas também de se consolidar uma reflexão teórico-explicativa sobre o tema.

O tema migração e o processo de urbanização na Região Sul foi discutido na

quinta e última sessão de trabalhos do Encontro. Ficou patente que a mobilidade intra-regional assume importância crescente *vis-à-vis* a mobilidade inter-regional. Essa é uma conclusão a partir de recortes tradicionais, mas o que se verifica é a impossibilidade crescente de analisar as migrações sob o ponto de vista desses recortes tradicionais. O que se requer, na verdade, é a definição de uma nova regionalização do Brasil. É possível que a crescente importância da mobilidade intra-regional na perspectiva dos espaços tradicionais esteja refletindo exatamente o esfacelamento dessas unidades espaciais.

Adicionalmente, ressaltou-se que o entendimento da questão migratória vai além das questões do emprego e da necessidade de buscar compreender as novas dimensões de análise que o tema suscita.

Muitas das questões debatidas ao longo do Encontro Nacional sobre Migração foram recolocadas em sua sessão final, de síntese das discussões, e serão objeto de considerações específicas no número especial da *RBEP* a que já me referi.